

# HISTÓRIA DE GOIÁS

## GOIÁS: A OCUPAÇÃO PELA AGROPECUÁRIA\*

*Gustavo Neiva Coelho\*\**

### **Resumo**

O fim da mineração em Goiás provocou um despovoamento dos centros urbanos, com a transferência para o meio rural da população remanescente, que nesse momento buscou uma nova alternativa econômica de sobrevivência. Tal alternativa, baseada na agropecuária, encontrou problemas para o escoamento dos produtos, e promoveu o surgimento de novos centros urbanos com características diferentes dos implantados no período anterior.

Palavras-chave: economia; agropecuária; ocupação espacial; Goiás.

### **1. Histórico**

#### **1.1. O fim da mineração**

A economia da mineração no Brasil, considerando o seu curto período de duração, foi provavelmente a que maiores conseqüências acarretou para a colônia, considerando aí vários aspectos, tanto no que se refere à população e organização social quanto à urbanização e definição da posse territorial.

A população da colônia, que até esse momento era eminentemente rural, assim como a economia, passa por um processo de

---

\* Trabalho desenvolvido junto à disciplina História de Goiás, do Programa de Mestrado História das Sociedades Agrárias da UFG.

\*\* Arquiteto, professor de Teoria e História da Arquitetura na UCG, mestrando em História das Sociedades Agrárias na UFG.

urbanização, transferindo-se em sua maioria para os novos núcleos, surgidos com o novo modelo econômico. O aumento populacional nas regiões de mineração chega a preocupar a Coroa portuguesa, que, segundo Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 17), passa a controlar o movimento migratório na direção das minas.

Entretanto, o sonho do eldorado pouco tempo durou. O ouro de Goiás, o último a ter sua exploração iniciada, se bem que de maior duração que o de Mato Grosso, esgotou-se antes que o de Minas Gerais, primeiro a ser descoberto. A rapidez no esgotamento das jazidas foi alarmante e, segundo Eurípedes Funes (1986), o período minerador em Goiás teve uma duração extremamente curta, com seu início registrado em 1726, atingindo seu ponto máximo já na década de 1750 e entrando, a partir daí, em um rápido processo de esgotamento. Segundo esse autor, foi nesse mesmo período que as outras duas grandes regiões de mineração passaram também a apresentar problemas com relação à produção mineral (Funes, 1986, p. 27). É interessante observar o fato de Goiás haver sido a última região aurífera descoberta, sendo ocupada cerca de dez anos depois de Mato Grosso, e praticamente um quarto de século depois de Minas Gerais.

Ainda com relação ao esgotamento da produção do ouro em Goiás, considerado àquela época como o

pulmão da economia, provocou efeitos devastadores sobre toda a vida econômica da Capitania. A especialização da economia mineradora impediu outras atividades de se solidificarem, a brevidade do ouro impossibilitou uma sólida acumulação do capital; o processo de urbanização, apenas iniciado, não se cristalizou: muitos prédios construídos à época, como a matriz de Vila Boa, ruíram, assim como os sonhos dos primeiros dias (Palacín et alii, 1985, p. 98).

Tal observação, além de complementar as informações de Funes, levanta outras questões sobre a economia da mineração em Goiás, marcando por um lado o já bastante propalado fato do esgotamento dos veios, cujas primeiras manifestações coincidem com o próprio início da história política da região, pois em 1749, ano da instalação de Vila Boa e da Capitania de Goiás, seu primeiro governador, o Conde dos

Arcos, já manifestava em carta preocupação com relação ao rápido declínio na produção do ouro. Por outro lado, também é bastante conhecido o fato de ser proibida qualquer outra atividade econômica em região mineradora que desviasse a mão-de-obra escrava da exploração do metal, pois, além do pouco interesse demonstrado pela população mineradora em relação à agropecuária, havia ainda a atuação governamental que, preocupada com a produção mineral e com a arrecadação do quinto, procurava inibir qualquer tentativa de desenvolvimento de outra atividade econômica que não fosse a mineração e que desviasse daí a força de trabalho necessária a sua plena produção (Funes, 1986, p. 29).

Com relação à especialização, o que se percebe é que, mesmo sendo coibida a agropecuária, tal atividade sempre existiu, mesmo que em escala reduzida, tendo em vista o preço exagerado dos produtos destinados à alimentação da população mineradora, oriundos de outras regiões. Apesar de já existirem em Goiás, desde o início da ocupação, fazendas de gado, plantações e até mesmo a instalação de engenhos para a produção de rapadura e cachaça, o que se percebe é que não houve por parte dessa população a preocupação em fazer com que essa atividade secundária pudesse ser transformada em algo mais efetivo, tendo em vista o já previsível declínio da mineração.

Por outro lado, com relação ao fim da produção aurífera, vários analistas questionam o declínio como consequência de um esgotamento. Funes apresenta quatro pontos que ele considera como responsáveis pelo desaparecimento do ouro em Goiás. Segundo esse autor, a mineração deixou de ser produtiva em função, principalmente, da utilização de técnicas rudimentares, falta de braços para o trabalho, falta de capital e a total falta de empenho das autoridades administrativas que estavam mais interessadas na arrecadação do quinto, do que em promover soluções para os problemas enfrentados pela população como um todo (Funes, 1986, p. 28), o que vai trazer como consequência, um descompasso não só na economia, mas em todos os segmentos de organização da Capitania.

Segundo Palacín (1994, p. 117),

a quebra de rendimento das minas, fonte de toda a atividade econômica, arrasta consigo os outros setores a uma ruína parcial:

diminuição da importação e do comércio externo, menos rendimento dos impostos, diminuição da mão-de-obra por estancamento na importação de escravos, estreitamento do comércio interno com a tendência à formação de zonas de economia fechada e um consumo dirigido à pura subsistência, esvaziamento dos centros de população, ruralização, empobrecimento e isolamento cultural.

Entretanto, o ouro vai se tornando mais difícil de se encontrar e cada vez em menor quantidade. Em fins do século XVIII e no início do XIX, a situação econômica da capitania passa a ser considerada crítica e a palavra mais encontrada, tanto nos documentos oficiais como nas reclamações provenientes da população, é “decadência”.

A atividade mineradora, que desde o seu início mostrou-se marcadamente individualista, a partir dessa época, fins do século XVIII, passa a sentir necessidade de proceder a mudanças em sua condução. Tanto em Goiás como nas demais regiões mineradoras, a associação dos mineiros já era vista como a única maneira viável de se proceder à exploração lucrativa do ouro, tendo em vista a existência das jazidas ainda ricas, se bem que de difícil beneficiamento. Tal associação encontrava, segundo Luis Palacín, seu maior impedimento no caráter individualista do mineiro, assim como no imediatismo com que buscava o enriquecimento (Palacín, 1994, p. 121). Entretanto, tais questões, se tiveram amplitude suficiente para justificar o não-investimento nessa forma de exploração, não foram de uma ordem tal que desestimulasse algumas tentativas, mesmo que sem resultados concretos.

A primeira década do século XIX vai marcar em definitivo o final do sonho de enriquecimento fácil através da mineração. O ouro, que praticamente desde a década de 1750 já mostrava sinais de esgotamento, transformou-se, nas décadas finais, em obsessão de apenas uns poucos aventureiros e escravos forros. Nos primeiros anos do novo século, alguns descobertos, como o de Anicuns, servem de estímulo inclusive para a formação de uma associação mineradora, que consegue o direito exclusivo de exploração do ouro aí encontrado. A partir de então, a exploração mineradora como base econômica desaparece em definitivo.

## 1.2. A ausência de atividade econômica alternativa

Já é bem conhecido o descaso com que os primeiros habitantes da Capitania de Goiás encaravam essa região mineradora, sendo encontrada com certa frequência a afirmação de que seu interesse era apenas o enriquecimento rápido através da mineração, para em seguida ir para outras regiões do litoral, ou mesmo da metrópole, onde pudessem desfrutar da riqueza adquirida. Tal atitude pode muito bem ser explicada, por um lado, pela afirmação de Nestor Goulart, quando diz ser importante observar o fato de que, durante os primeiros séculos da ocupação e colonização do litoral brasileiro, os colonos sempre se apresentaram como portugueses do Brasil e nunca como brasileiros, mesmo estando aqui já há várias gerações.<sup>1</sup>

Por outro lado, foi grande o número de portugueses que, abandonando tudo em terras metropolitanas, inclusive suas famílias, embrenharam-se pelos sertões mineradores em busca do ouro, diamante e quantas mais pedras preciosas encontrassem. Assim, a permanência em terras americanas representava para eles uma transitoriedade que seria corrigida com o enriquecimento.

Uma consequência dessa forma de encarar a região é a maneira quase nômade com que percorrem o território goiano à procura de ouro. Os novos núcleos surgem e se estabelecem para logo em seguida desaparecer, ao menor sinal de esgotamento dos veios auríferos. Sendo assim, a euforia pelo ouro e a ganância em relação aos lucros que dele poderiam auferir levavam os mineradores a se atirar com todas as forças ao trabalho de exploração dos veios, deixando, segundo Funes, de cultivar a terra, fazendo com que os gêneros de primeira necessidade, vindos de outras regiões, chegassem a Goiás a preços exorbitantes. Isso acontecia, segundo ele, porque os mineiros acreditavam poder comprar tudo aquilo de que necessitassem com o produto de suas catas (Funes, 1986, p. 28-9).

Entretanto, se por um lado existe essa visão individualista da parte dos mineradores, em não privilegiar a região, é bom observar que a presença deles nos locais de exploração fica restrita ao período em que a mineração é aí lucrativa, passando imediatamente para outras regiões da Capitania, em busca de novos veios, o que, de certa forma, anula a possibilidade do investimento de tempo e trabalho em uma

atividade agrícola mais consistente. Vem colaborar ainda com a falta de produção também a posição do poder administrativo, preocupado unicamente com a manutenção da arrecadação dos impostos em um patamar considerável, em especial o quinto, esquecendo-se por completo de promover a fixação dessa população em definitivo na região.

Entretanto, essa não-preocupação com a exploração da agricultura em hipótese alguma significou a total inexistência de plantações de subsistência e mesmo a criação em pequena escala, tendo em vista basicamente o abastecimento do mineiro e de seu lote de escravos, não constituindo, portanto, uma alternativa econômica. Com relação a isso existiu inclusive a preocupação de D. Luis de Mascarenhas, em 1740, de obrigar todo aquele que quisesse minerar em Goiás a primeiro plantar suas roças de sustento.

Apesar da forte pressão inicial por parte do poder, no sentido de impedir sua instalação e atividade, o engenho para produção de cachaça e rapadura foi o que, de certa forma, conseguiu se manter como atividade paralela à mineração nesse primeiro momento, inclusive com a obtenção de um considerável lucro.

Com o final da exploração mineradora como base principal da economia goiana, grande contingente de mineradores passou para outras regiões, em busca de outras formas de enriquecimento rápido. Sendo assim, os que permaneceram e se tornaram a base do que viria a ser a população goiana definitiva foram os negros libertos e os pardos, que se dedicaram inicialmente à faiscagem do ouro e a uma pequena agricultura de subsistência; os índios, distribuídos entre o sertão bruto e alguns aldeamentos, dirigidos tanto por oficiais quanto por religiosos; e os brancos ligados às funções administrativas, que passaram a ser os grandes proprietários tanto de terras como do comércio urbano existente (Tiballi, 1991, p. 36). Tal situação vai ser complementada pela opinião de Funes, ao afirmar que

não havendo mais ouro para comprar tudo que necessita o mineiro, este se viu obrigado, quando não abandonava a Capitania, a dedicar-se a uma atividade que até então era considerada desprezível – a agropecuária. Assim, por força das contingências, o mineiro viu-se transformado em criador e lavrador. (Funes, 1986, p. 33-4)

A partir das últimas décadas do século XVIII e por praticamente todo o século XIX, várias foram as tentativas registradas de se implantar ou mesmo de se investir em novas formas de economia. Tais tentativas, muitas vezes apresentadas na forma de projetos, individuais ou constituídos por grupos de pessoas interessadas, não conseguiram, em sua maioria, sequer passar da proposta, em decorrência principalmente da falta de recursos financeiros e de mão-de-obra especializada que pudesse colocá-los em prática. Tecelagens, companhias de navegação e indústrias de ferro, entre outros, estiveram sempre na ordem do dia e no interesse daqueles que desejavam, de uma forma ou de outra, investir economicamente em Goiás.

Em 1856, o Pe. Manoel Xavier do Valle Abreu e Costa apresentou uma proposta ao governo no sentido de instalar uma fábrica de ferro próxima a Rio Verde e que por uma série de motivos, da mesma forma como várias outras tentativas de instalação industrial, não teve continuidade. Em seu livro *Viagem às terras goianas*, Oscar Leal refere-se a uma fábrica de instrumentos de lavoura que teria existido no arraial das Areias, próximo à capital, da mesma forma que Saint-Hilaire elogia a produção de doces cristalizados de Santa Luzia, de grande aceitação até no Rio de Janeiro.

Sendo assim, quer pela falta de recursos financeiros, quer pela falta de braços para o trabalho, ou mesmo pelo alto valor dos impostos cobrados, sobra como alternativa para a população goiana o trato com a terra, considerada de boa qualidade para a agricultura e disponível em grande extensão, mesmo que inicialmente seu uso fique restrito à produção para o sustento familiar.

## **2. O povoamento**

### **2.1. Os núcleos urbanos**

Como já tivemos a oportunidade de ver, diferentemente do que ocorreu nas regiões de Minas Gerais e Mato Grosso, onde a população se concentrava em determinados pontos mineradores, em Goiás não houve, por parte dos aventureiros que para essa região acorreram, uma preocupação com o estabelecimento de núcleos estáveis. A maioria dos

arraiais fundados nos primeiros anos teve como duração o mesmo tempo de vida dos veios de ouro que justificaram sua fundação, sendo que de muitos deles, ainda em pleno século XVIII, não restaram mais que a lembrança de um nome ou o registro em algum mapa de arrecadação.

Os centros mineradores implantados ao longo das primeiras décadas de exploração mineradora, com o tempo e com o esgotamento da produção, foram desaparecendo. Do núcleo inicial de ocupação, composto de cerca de seis arraiais, muito pouca coisa sobrou. Ferreiro, Ouro Fino, Anta e Capela desapareceram quase que por completo, restando desses quatro assentamentos apenas a igreja do Ferreiro e as ruínas da igreja e do cemitério do Ouro Fino. O arraial da Capela desapareceu ainda no século XVIII e o de Antas conseguiu chegar até à segunda metade do século seguinte. Restam, portanto, o arraial de Sant'Ana, atual cidade de Goiás, e um grupo reduzido de casas no que antes foi o próspero arraial da Barra, que chegou a rivalizar com a capital em população e em volume de comércio.

Vários outros núcleos mineradores, ao longo de todo o território da Capitania, passaram pelo mesmo processo de esvaziamento, vendo sua população se dispersar, deixando para trás apenas abandono e ruínas. Além dos já citados, vários outros prósperos centros mineradores desapareceram ao longo do tempo, como Tesouras, Águas Quentes e Santo Antônio, dos quais não restam hoje sequer vestígios. Vários observadores que passaram por Goiás durante o século XIX, além dos estudiosos já em pleno século XX, são unânimes em afirmar que a falta de um modelo econômico desenvolvido com o apoio do governo da Capitania e que tivesse como objetivo apresentar alternativas à mineração funcionou como elemento desagregador, desestimulando a permanência e a fixação, além de fazer com que essa população se sentisse ainda mais desvinculada da região. A mineração, que foi a grande responsável por uma ocupação de características urbanas, ao desaparecer, leva consigo esse caráter, além de provocar uma nova distribuição, nos moldes rurais, da população remanescente do período de economia mineradora. E mesmo que não seja por essa época a agropecuária – uma opção organizada de sustentação daqueles que optaram por não abandonar o território goiano –, mesmo em pequena escala, vai ser essa a única forma de sustentação viável encontrada.

Poucos são os arraiais que conseguem sobreviver a esse momento de transição da economia. Vila Boa consegue se manter em

função do seu caráter administrativo e burocrático de capital, independendo assim do desenvolvimento de um novo modelo econômico. Meia Ponte, em decorrência de sua posição estratégica, como ponto de intercessão das estradas para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Vila Boa e Cuiabá, soube aproveitar o momento certo, abandonando a mineração antes mesmo de seu esgotamento total, dedicando-se à agricultura e ao comércio, passando a exportar algodão, fumo, café e derivados da cana-de-açúcar, em especial.

Segundo Pohl, Meia Ponte era a localidade mais povoada da capitania, depois da capital, contando com uma população total de 6.209 habitantes em 1812. Esses mesmos habitantes, que

viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de experimentados cultivadores de milho, mandioca, cana-de-açúcar, café e algodão (de que aqui também fazem chapéus). Plantam também trigo, que produzem bem. Além disso fazem considerável comércio favorecido pela situação da cidade no ponto de junção das estradas (Pohl, 1976, p. 177).

Outro núcleo minerador que conseguiu superar a crise econômica foi Santa Luzia. Apesar de possuir terras propícias ao cultivo de vários tipos de cultura, sua produção é reduzida, principalmente em decorrência da dificuldade em negociar tais produtos. Passa assim a ter sua economia baseada na exportação de peles e doces cristalizados, principalmente o de marmelo, de excelente qualidade, que são comercializados com boa aceitação até no Rio de Janeiro.

Outros ainda, como Bonfim e Santa Cruz ao sul e Traíras, Natividade e Cavalcante ao norte, conseguiram ultrapassar a crise surgida com o final da mineração, chegaram em determinado momento a quase desaparecer, para em seguida entrar em um processo de ressurgimento, conseguindo a maioria deles se manter até os dias de hoje.

## **2.2. Ruralização da população**

Uma situação observada por praticamente todos os cronistas que passaram por Goiás na primeira metade do século XIX é o fato de

estar a maior parte de sua população estabelecida no meio rural. Os núcleos urbanos, em sua grande maioria quase que totalmente abandonados, são vistos como representantes da sobra do que teriam sido anteriormente prósperos e populosos arraiais. Ao comentar sua passagem pelo arraial da Anta, Pohl diz que

o lugar consiste numas duzentas casas, todas em péssimo estado. Em toda parte vê-se necessidade e miséria, e a povoação apresenta uma completa decadência. As casas, na maioria estão desabitadas. Os moradores abandonaram-nas e vivem em suas longínquas roças, onde cultivam milho e feijão. (Pohl, 1976, p. 175)

Saint-Hilaire complementa quando diz que em Meia Ponte

ainda hoje a maioria dos habitantes(...) se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana. (Saint-Hilaire, 1975, p. 37)

Sobre São Domingos, George Gardner diz que é uma povoação

muito pequenina, contendo apenas cerca de quarenta casas, pertencentes aos fazendeiros, desabitadas, exceto ao tempo das festas. (Gardner, 1975, p. 175)

Várias outras observações são feitas, tanto por esses como por outros cronistas, assim como em relação a outras localidades, mostrando que, apesar da grande redução sofrida, uma parte da população permanece na Província, dedicada em sua maioria a outras atividades que não a busca do ouro, e, mesmo que tenham transferido suas atividades para o meio rural, a casa da cidade ainda é uma referência, aonde vão pelo menos durante o período das festas religiosas.

Entretanto, mesmo que aos olhos estrangeiros dos cronistas a ruralização da população goiana pareça algo estranho e desconhecido, para o brasileiro nada mais é do que uma volta à forma de distribuição dos colonos no território no período anterior aos descobrimentos auríferos. Segundo Nestor Goulart, a função principal do Brasil durante o período colonial foi a de retaguarda rural para os mercados europeus<sup>2</sup>, não havendo por parte da Coroa interesse algum no desenvolvimento

da colônia em níveis de estruturação urbana. Sendo assim, era já de longa data conhecida essa relação cidade-campo encontrada em Goiás durante o século XIX, onde o núcleo urbano colonial não tem o mesmo sentido daquele conhecido na Europa.

Tanto a observação de Saint-Hilaire sobre Meia Ponte quanto a de Gardner sobre São Domingos, ou mesmo a de Pohl sobre Anta, apenas reproduzem em nosso território, nas primeiras décadas do século XIX, o que Emanuel Araújo diz da Olinda do século XVIII, onde

no mais era tudo acanhado, de poucas ruas, poucas casas, poucas pessoas, vida monótona, modorrenta, só animada em dias de festa ou de comércio graúdo, quando muita gente dos engenhos vinha à cidade para despachar o açúcar e comprar coisas supérfluas. (Araújo, 1994, p. 37-8)

Padre José de Anchieta, em 1580, diz o mesmo sobre Salvador, que, tendo em seu entorno cerca de 46 engenhos de açúcar com seus respectivos canaviais, não era no entanto do tamanho esperado, já que a maior parte da população vivia em seus engenhos e fazendas e, da mesma forma como se vê nos comentários anteriores, só comparece à cidade em tempos de festa ou de embarque de produtos (Anchieta, 1988, p. 420).

Temos, assim, que, com a falta tanto do ouro quanto de incentivos do governo a novas formas de desenvolvimento econômico, a população da Capitania se volta para aquilo que tradicionalmente sabe fazer: a agricultura de sobrevivência. Com relação a isso, Palacín diz que, desprovida dos recursos necessários para sobreviver nos núcleos urbanos, a parte da população que não migrou para outras capitanias foi obrigada a se ruralizar, dispersou-se pelo interior, em terras devolutas, dedicou-se basicamente à agricultura de sobrevivência (Palacín et alii, 1995, p. 98), desenvolvendo-se tal situação principalmente em decorrência da falta de apoio do governo, além da incidência exagerada de impostos que eram aplicados sobre os produtos de forma extremamente abusiva.

Entretanto, o que se apresenta como uma situação de despovoamento na capitania de Goiás nada mais é do que o início de uma nova forma de povoamento e ocupação territorial. O que acontece agora, se

bem que de forma bem lenta, é o início da estabilização de uma atividade econômica diversa da conhecida até então que, para se desenvolver plenamente, exige uma nova relação entre o homem e o território, com a fixação sendo vista como a premissa maior.

### **3. Nova economia**

#### **3.1. A agricultura**

Não constitui nenhuma novidade o fato de que, mesmo com a orientação contrária por parte da Coroa portuguesa quanto à diversificação de atividades econômicas em regiões de mineração, a agricultura já era praticada em Goiás desde os primeiros momentos da ocupação. Segundo Saint-Hilaire,

extraía-se então vastas quantidades de ouro dos córregos e rios, mas ninguém pensava em cultivar a terra. Os víveres eram trazidos de São Paulo, através do sertão, e a quantidade que vinha nunca era suficiente para satisfazer as necessidades de uma população cada vez mais numerosa. Os gêneros mais comuns eram vendidos a preços exorbitantes (Saint-Hilaire, 1975, p. 161).

Esses preços abusivos com que eram negociados os produtos básicos vindos de outras regiões, por mais que não incomodassem o mineiro, precisavam de certa forma ser amenizados. E isso era feito através de pequenas plantações que objetivavam, segundo argumentos da época, atender às necessidades do proprietário de tais plantações, assim como de seus escravos, ocupados no trabalho da mineração.

Pequenos engenhos de cana e farinha espalhavam-se por toda a Capitania, sendo destruídos por ordens governamentais e reconstruídos por seus proprietários. Não havendo, a partir de certo momento, condições por parte do governo de fazer valer a proibição, passam a ser os governantes coniventes com a situação, tolerando a existência de tais empreendimentos e exigindo apenas o pagamento do imposto referente ao seu funcionamento. Segundo Palacín, tanto a fabricação de aguardente quanto os engenhos de farinha e açúcar chegavam em algumas regiões da capitania a constituir importante setor da economia

(Palacín, 1995, p. 116), sendo de tal importância para a população que chegou a gerar protestos dos negros escravos de Meia Ponte a proibição quanto à produção de aguardente, produto fartamente consumido por quem chegava a ficar com parte do corpo dentro d'água, às vezes por até oito horas diárias.

Entretanto, o fim da mineração não ofereceu à população remanescente outra opção que não fosse a de dedicar-se tanto à agricultura quanto à pecuária. Não significa isso que outros empreendimentos não tenham sido tentados e,

entre as atividades manufatureiras, o ensaio mais sério foi a instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem na capital goiana, iniciativa particular que contou com o apoio financeiro do governo local (...) todavia, a falta de mão-de-obra e capital não deixaram ir avante tal empreendimento. (Funes, 1986, p. 39)

Durante todo o século XIX, a agricultura e a pecuária são consideradas como as principais atividades econômicas da Província, necessitando, no entanto, de apoio do governo para seu pleno desenvolvimento. Grandes e produtivos engenhos são registrados por Saint-Hilaire, Pohl e pelos demais cronistas que por essa região passaram, em franca decadência, ou mesmo destruídos. Logo na sua entrada em Goiás, D'Alincourt diz haver chegado ao pouso denominado Casados, onde presenciou a existência de muitas laranjeiras, um grande e conservado engenho, com fábrica de aguardente e uma boa fazenda (D'Alincourt, 1975, p. 80-1); por outro lado Gardner, em sua viagem pelo nordeste da Província, descreve fazendas abandonadas, restos e ruínas do que teriam sido prósperos engenhos.

Nesse momento, passa a ser de grande interesse, além de ser visto com bons olhos, tanto o investimento no plantio da cana-de-açúcar, quanto a existência e a construção de novos engenhos. O ouvidor Joaquim Theotônio Segurado diz que existe abundância desse produto na Capitania e que o comércio com o Pará é uma das grandes esperanças dos produtores goianos<sup>3</sup>, citando ainda que o mesmo açúcar vendido em Goiás por 1\$800 pode chegar a alcançar o preço de 3\$200, se vendido no Pará.

Muitos produtos são ainda enumerados, como arroz, feijão, milho, mandioca, vinha, trigo, algodão, fumo, entre outros, além de

uma grande variedade de frutas, entretanto em quantidade insuficiente mesmo para o consumo interno da Capitania, levando-se em conta que a principal praça para comércio é a sempre distante capital Vila Boa. Havia, é claro, algumas exceções como a marmelada de Santa Luzia, muito apreciada e de venda garantida até no Rio de Janeiro.

Estando já a população goiana completamente desvinculada do interesse minerador e tendo como base econômica a agropecuária, era de se esperar que tal atividade fosse desenvolvida com maior interesse, visando a melhores resultados. Entretanto, como vamos ver mais adiante, outros fatores vão fazer com que tal atividade venha a se tornar, em certos casos, contraproducente, tirando do goiano todo o estímulo para o trabalho, o que aos olhos dos visitantes europeus vai ser confundido com preguiça, desinteresse e decadência.

Segundo Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles (1992, p. 255-6), os sítios de lavoura em Goiás, que, no ano de 1796, somavam cerca de 1.647, passados 32 anos, em 1828, eram da ordem de 2.386, o que significa uma diferença de apenas 739 propriedades, número que pode ser considerado insignificante, levando-se em consideração ser a atividade aí desenvolvida a base econômica de Goiás durante praticamente todo o século XIX e a responsável pela ocupação dos grandes vazios deixados pela mineração no século anterior.

### **3.2. A pecuária**

Da mesma forma como a agricultura, a pecuária já ensaiava alguns passos em Goiás desde o início da ocupação, nas primeiras décadas do século XVIII. A região norte da Capitania, ocupada hoje pelo estado do Tocantins, experimentava tal atividade desde já algum tempo, através dos fazendeiros baianos da região do rio São Francisco, que vinham à procura de novos pastos no interior do território goiano. Talvez seja essa proximidade com a Bahia que tenha proporcionado um melhor desenvolvimento dessa atividade no norte da Capitania, em oposição a um progresso maior da agricultura na região mais ao sul. Segundo Elianda Tiballi,

a exportação de produtos agropastoris, especialmente o gado e os subprodutos deste, já era realizada por Goiás desde o final do século

XVIII, e no início do século XIX Goiás desenvolvia uma atividade agropastoril que apesar de incipiente já colocava no mercado inter-regional vários produtos deste gênero. (Tiballi, 1991, p. 34)

Tal afirmação é ainda complementada por Funes, quando diz que 80% das 15.388 rezes saídas de Goiás, em 1804, pertenciam aos julgados do norte, sendo os restantes 20% de responsabilidade do sul da Capitania (Funes, 1986, p. 75).

De acordo com Nestor Goulart<sup>4</sup>, a partir do período filipino, com a união das coroas de Portugal e Espanha o reforço espanhol no sentido de se promover uma defesa sistemática da costa brasileira favoreceu o surgimento de um considerável número de núcleos urbanos, além de fazer com que se desenvolvesse a ocupação do vale do rio São Francisco, não no sentido de uma organização urbana, mas com a criação de gado para o abastecimento tanto das regiões açucareiras quanto dos novos núcleos surgidos a partir de então.

Com a restauração portuguesa e com a expulsão definitiva dos holandeses do litoral pernambucano, são necessárias novas medidas econômicas para a Colônia, tendo em vista a queda do preço do açúcar brasileiro provocada pela concorrência que os holandeses começam a estabelecer a partir de suas novas indústrias nas Antilhas. Com isso, a Coroa portuguesa começa a investir e a incentivar a formação de bandeiras com a finalidade de descobrir ouro, ao mesmo tempo em que os criadores de gado da região do São Francisco começam a se interiorizar, buscando novas fronteiras.

Portanto, quando já em fins do século XVIII tem início em Goiás uma investida maior no sentido de transformar a criação de gado em um objetivo econômico, grande parte do atual território tocantinense já havia sido percorrido por criadores baianos em busca de novas pastagens para uma criação já de séculos estabelecida como base econômica daquela região fronteiriça.

De acordo com os estudos de Gilka Vasconcellos, existiam em Goiás, no ano de 1796, cerca de 522 fazendas de gado, sendo 121 (23%) nos julgados do sul e 401 (77%), implantadas na parte norte da Capitania. Em 1828, os julgados do sul já contavam com 156 desses estabelecimentos, contra os 546 do norte, num total de 702 fazendas, com um aumento em números absolutos de 180 novas propriedades, sendo que

dessas, 35 estavam no sul e 145 no norte. Nesse período, dois motivos, ainda segundo Gilka Vasconcellos F. de Salles, vão contribuir para o incremento da pecuária no norte da Capitania, sendo em primeiro lugar a proximidade com o litoral das regiões norte e nordeste, o que possibilitava grandemente a exportação dos produtos derivados, como o couro, a carne de sol e o próprio gado em pé. O segundo motivo teria sido o mais rápido esgotamento dos veios auríferos naquela região, favorecendo o interesse da Coroa em incentivar aí a criação, inclusive com a concessão de sesmaria (Salles, 1992, p. 260).

A atividade da pecuária foi, em Goiás, ao longo do tempo, a segunda fonte de economia até aproximadamente 1812, quando se esgotaram de vez as minas de Anicuns, perdendo o ouro por completo a sua hegemonia.

É então que, com todas as dificuldades impostas pela distância, com a precariedade das estradas e com a forma abusiva de cobrança de impostos, a agropecuária passa a ser a principal forma ou atividade econômica de Goiás, predominando como tal até o século XX.

### **3.3. O comércio**

A partir do desaparecimento do ouro como base econômica, tanto a agricultura quanto a pecuária, para se projetarem como proposta alternativa de economia, dependem fundamentalmente de outro elemento, considerado complementar, que é o comércio.

Várias foram as pessoas que demonstraram preocupação no que se refere ao desenvolvimento do comércio, tanto interno quanto externo da Capitania de Goiás. Em um dos documentos mais importantes a esse respeito, diz seu autor Rodrigues Barata, em 1806, que para um bom desenvolvimento econômico da Capitania devem os colonos assumir duas obrigações fundamentais: em primeiro lugar, a de cultivar as terras e, em segundo, promover o comércio de seus produtos. Segundo ele, esse comércio deverá se desenvolver privativamente com a metrópole, que é, segundo o teor do documento, a grande responsável pela distribuição desse produto no mercado exterior.<sup>5</sup> Afirmando ainda o autor do documento ser a pobreza em que Goiás se encontra

conseqüência unicamente da falta de exportação dos gêneros que produz, tanto pela agricultura quanto pela pecuária.

Cerca de setenta anos mais tarde, o empresário João José Corrêa de Moraes, em relatório sobre os negócios de navegação do rio Araguaia, diz que

os nossos productos, pelo excessivo preço dos fretes, jamais poderão emtrar em concurrencia no mercado do Rio com os das Províncias de Minas e S. Paulo, pela proximidade em que estas estão d'aquelle ponto, ao passo que no mercado do Pará não só elles não teem concurrentes, como ainda a barateza do frete pelo Araguaya, promette maior somma de lucros.<sup>6</sup>

Três quartos de século depois do relatório de Barata, a questão da vantagem do comércio com o Pará sobre o Rio de Janeiro ainda era discutida com base em justificativas. Com relação aos números utilizados, diz ainda Corrêa de Moraes em favor do comércio com o Pará, que, somando as diferenças de 50% na despesa com frete e a de 60% no preço das mercadorias, a economia seria da ordem de 110%, o que por si só já seria suficiente para descartar a possibilidade de comércio com o Rio de Janeiro.<sup>7</sup>

Entretanto, o que se percebe ao longo de todo o século XIX é exatamente isso: uma grande quantidade de relatórios demonstrando a urgência de se desenvolver o comércio, principalmente com o Pará, no sentido de escoar a produção agropecuária goiana, mesmo sendo detectada a falta ou mesmo a inexistência de tal produção. Em 1839, em seu relatório à Assembléia Legislativa, escrevia o presidente José de Assis Mascarenhas que

se o Lavrador se convencer que os objectos de sua lavoura e de seos trabalhos podem com facilidade, e segurança ser conduzidos a logares onde sejaõ bem pagos, se elle vir, que as estradas são commodas se animara a fazer grandes plantações.<sup>8</sup>

Sugere-se, portanto, que sejam dados incentivos a qualquer pessoa que se disponha a produzir ou a se instalar em regiões de interesse para o desenvolvimento da agropecuária.

Tal proposta de incentivo já havia sido feita cerca de trinta anos antes por Rodrigues Barata, quando propõe, entre outras coisas, que se conceda carta de sesmaria a quem se disponha a estabelecer como produtor. Outras formas de incentivo sugeridas por Rodrigues Barata seriam a isenção do dízimo, do direito de entrada sobre ferramentas importadas, além de se conferir títulos de poder, como a Mercê do Hábito de São Tiago da Espada, do Hábito de Cristo e mesmo Foro de Cavalheiro Fidalgo.

São esses incentivos, colocados por seu autor como forma de estímulo à ocupação – principalmente das margens dos rios Araguaia e Tocantins –, vistos por ele como a principal, ou mesmo única saída econômica de Goiás, que seria o comércio através da rede fluvial com o Pará.

Essa questão do comércio com o Pará, através dos rios Araguaia e Tocantins, é vista em todo o século como alternativa de maiores vantagens do que aquele efetuado por caminhos terrestres com a Bahia e com as províncias do sul.

Na verdade a falta de capitais de indústria e de agricultura rentável, propiciava um comércio mais ativo com os mercados tradicionais pela via terrestre, do sul da Província com Minas Gerais e São Paulo e do norte com a Bahia, para onde iam o gado em pé e algum ouro, que em condições desvantajosas, eram permutados pelos artigos de primeira necessidade. (Doles, 1973, p. 56)

Além do mais, a forma imediatista do mineiro em relação ao enriquecimento pelo ouro, transferida para o criador de gado, faz com que ele não se preocupe em vender reses novas ou em matar vacas para consumo próprio, o que de certa forma reduz o lucro além de diminuir consideravelmente os rebanhos.

Entretanto, o comércio, tanto terrestre quanto fluvial, esbarrou sempre em algumas questões consideradas fundamentais. Uma delas seria a necessidade de ocupação territorial ao longo dos rios e caminhos, como sustentação e apoio aos comboios e tropas comerciais. Rodrigues Barata a resume dizendo que

por esse meio se povoarão d'habitantes aqueles mesmos lugares, que ou estão desertos, ou habitados por Gentiliano, e proporcionalmente se aumentarão o Commercio, e Agricultura, e ao mesmo

tempo adquiriremos o conhecimento necessário d'hum tão vasto Continente para d'elle nos aproveitarmos.<sup>9</sup>

Outra questão, o índio, impedia tal ocupação, principalmente no norte da Capitania, na região entre os rios Araguaia e Tocantins, pois seus sucessivos ataques provocavam o medo e a insegurança do branco colonizador.

No entanto, com todas as dificuldades encontradas no norte, é ali que se concentram todos os esforços governamentais, com vistas a um desenvolvimento comercial. Os motivos ficam claros ao se analisar o estudo de Dalisia Doles, que, com base na documentação levantada por Silva e Sousa<sup>10</sup>, diz que

por exemplo, por que, embora mais próspero em sentido regional, o sul da Província apresentava um constante desequilíbrio na balança comercial? A explicação é simples e clara, servindo para evidenciar que a vinculação comercial aos mercados tradicionais era duplamente desvantajosa, não só devido ao baixo preço alcançado pelos produtos exportados, porém, mais ainda, pelo alto custo das importações em decorrência do sistema de transporte, que impedia um maior volume de carga.

Assim, o norte, embora se apresentasse à época como a região mais pobre da Província, graças ao intercâmbio com o Pará, ao comércio dos subprodutos do boi, de alguns produtos agrícolas, de toucinho e alguma manufatura de algodão mantinha relativo equilíbrio de sua balança comercial. (Doles, 1973, p. 56-7)

O intenso comércio de gado com a Bahia contribuía também para este equilíbrio.

### **3.4. Meios de comunicação**

É conhecido já de longa data, principalmente a partir de relatos deixados não só por cronistas de época, mas também de documentos oficiais, o fato de não existir uma preocupação maior com relação às estradas no Brasil, em geral, e em Goiás, em particular. Entretanto, ao

que parece, tal descaso na construção e na manutenção dos caminhos no Brasil seria uma herança trazida da metrópole pelo colonizador, inicialmente desejoso de enriquecimento rápido, para retorno à Europa em curto espaço de tempo.

Segundo Benedito Lima de Toledo, em Portugal, os caminhos terrestres de ligação entre as cidades eram os piores possíveis, o que o autor considera como uma característica de povo que vive em constante defensiva.<sup>11</sup> No Brasil não foi diferente, sendo marcada essa despreocupação pelo fato de ser, à época, objetivo dos moradores da colônia apenas saber o que levariam de volta para Portugal, e não o que deixariam. Convém observar ainda que, principalmente nas regiões mais do interior, as melhorias só seriam implantadas a partir do momento em que a permanência fosse vista pelo colono como uma necessidade e um objetivo.

Os documentos desse mesmo período mostram que os primeiros caminhos utilizados e oficializados pelos portugueses em território brasileiro coincidiam com aqueles já largamente empregados pelos índios ao se deslocarem de suas aldeias para os pontos de caça e pesca, ou mesmo para o interligamento com outras aldeias amigas.

Em Goiás, a proibição, por parte da Coroa, no sentido de existir uma diversidade de caminhos em região mineradora, de certa forma acomodou seus habitantes que praticamente utilizavam quase que exclusivamente a circulação interna à Capitania, indo de um ponto de mineração a outro, deixando assim para o poder público a preocupação com a manutenção da estrada real e para ninguém as internas secundárias.

E é esse abandono das estradas observado por praticamente todos os cronistas que por Goiás passaram ao longo do século XIX. D'Alincourt, indo de Jaraguá para a capital, diz que em determinado momento a estrada oficial se divide em duas outras que vão, da mesma forma, chegar a Goiás. Entretanto, a da direita, que é a mais antiga e considerada a "estrada geral", está impossibilitada de uso pelo fato de haver caído uma ponte no rio Uru. Utiliza-se então a da esquerda, que, apesar de também dar na capital, obriga o viajante a uma volta bem maior (D'Alincourt, 1975, p. 93).

Sobre as estradas da comarca do sul, diz Cunha Mattos, em 1824, que

a maior parte das estradas e caminhos públicos da Comarca de Goiás são filhas da mineração: os mineiros picaram-nos, e ainda agora se conservam quase todos pelos mesmos lugares, e tão tortuosos, que em parte aumentam mais de um terço as marchas, que se deverão praticar. (Cunha Mattos, 1979, p. 45)

Cunha Matos completa dizendo haver tido, em tempos anteriores, boas pontes em praticamente todos os rios e córregos de maior porte dentro da comarca.

Um pouco mais além, em seu relatório, fala sobre a situação das estradas e das pontes existentes na comarca do norte. Diz ele que os caminhos dessa parte da Capitania, como os demais, resultantes da ocupação pela mineração, encontram-se em pior situação que os da comarca do sul, sendo muito tortuosos e sem nenhum reparo. Em alguns rios como Maranhão, Bagagem, Preto e São Félix, existiram grandes pontes que, ao se deteriorarem, não puderam ser substituídas, tanto em decorrência da pobreza do Concelho como da má administração dos recursos (Cunha Mattos, 1979, p. 132).

Pohl, em seu relato, diz que a “temida” ponte do rio Urubu possuía, em seu tabuleiro, buracos de até 70 centímetros de largura, além de estar inclinada em mais de um metro para um dos lados, e que no entanto “era impossível evitá-la” (Pohl, 1976, p. 119-20).

Em 1837, o presidente da Província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, diz que

talvez seja a Província de Goyáz a única no Brasil, que nenhum melhoramento tenha recebido em suas Estradas; Ellas se achão todas em péssimo estado, e cauza espanto o perigo a que continuadamente está exposto em suas jornadas, quem em tempos d'ágoas faz qualquer viagem<sup>12</sup>.

Era essa, como se pode ver, a situação em que se encontravam as estradas que no século passado serviam para o escoamento do excedente produtivo goiano para o exterior da Província, em um comércio realizado principalmente com a Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Vários são os relatórios de governo reclamando a liberação de verbas por parte da Câmara, com o objetivo de melhorar tanto as estradas quanto as pontes, reconhecendo no entanto que a necessidade é sempre

maior que a disponibilidade. Por outro lado, mesmo que a madeira destinada à construção das pontes fosse encontrada no próprio local da construção, é ainda o presidente Camargo Fleury quem informa que

em 1824 estando eu, e o General Cunha Mattos nesta villa em o mez de Janeiro, estivemos por oito dias privados de toda a comunicação com o resto da Província, por que com o rio das Almas d'hum lado, e com o dos Monte Claros d'outro, ambos cheios não era possível entrar e nem sahir alguém da villa, havia mesmo fome, e d'outro lado do rio das Almas se achavam tropas com mantimentos.<sup>13</sup>

Chegar a Cavalcante tornava-se impossível por falta de pontes ou mesmo de canoas.

E não é só aí. Esse assunto, tanto quanto outros relacionados à economia goiana, estará presente, como já foi dito, ao longo de todo o século XIX, como podemos ver no relatório do Presidente Aristides Espínola, que diz, em 1879,

estradas! estradas! Seja o nosso constante brado. O nosso ardente anhelos – Hoje tenho a honra de repetir perante vós essas minhas palavras applicaveis a vossa vasta e desconhecida Província. Mais do que em qualquer outra a prosperidade de Goyáz depende de suas vias de comunicação (...) as estradas da Província abertas e beneficiadas, em geral, com o auxilio dos cofres gerais, estão hoje muito estragadas, e não tem sido possível concertal-as por falta de meios.<sup>14</sup>

Considerando então o prejuízo decorrente do comércio terrestre com o sul, tendo em vista as longas distâncias e o estado precário em que sempre estiveram as estradas da Província, começa a surgir, já em princípios do século XIX, a idéia de mudar a rota do comércio. O objetivo é a Província do Pará, com o transporte feito através dos grandes rios que cortam a Província no sentido sul-norte, que são o Araguaia e o Tocantins.

Vários estudos, comparações e tabelas são elaborados no sentido de se demonstrar as vantagens da via fluvial sobre a terrestre. Em 1806, o entusiasmo por essa opção econômica levava o ouvidor Joaquim

Theotônio Segurado a dizer que o comércio desenvolvido com as Capitânicas do Rio de Janeiro e Bahia era, de certa forma, prejudicial para Goiás e que, pelo contrário, o do Pará, através dos rios Araguaia e Maranhão, teria condições de transformar Goiás em uma das Capitânicas mais ricas do continente. Para justificar sua posição, fez o ouvidor um minucioso estudo de todos os rios navegáveis da Capitania e suas ligações com aquelas duas grandes vias, concluindo que não haveria em Goiás um só julgado que não se beneficiasse com esse meio de transporte de mercadorias.<sup>15</sup> Por outro lado, convém observar que o comércio por via terrestre, se era prejudicial para a região sul, tornava-se impraticável para os produtores estabelecidos no norte.

Entretanto, no mesmo ano de 1806, Rodrigues Barata, mais objetivo que Segurado, ao defender as mesmas propostas, observava a

falta d'exportação, ou concorrência exterior, a qual he difficullosa pela longitude em que se acha esta Capitania das de Matto Grosso, S. Paulo, Minas Geraes, Bahia, Maranhão e Pará. Quando digo, que a concorrência exterior he difficullosa tenho em vista as graves despesas dos transportes terrestres as quais não podem ser compensadas pelo valor dos gêneros exportados (...) Esta razão he igualmente applicavel a exportação pelos rios referidos (...), considerada não só a sua grande extensão, mas os obstáculos, que se encontrão actualmente na sua navegação.<sup>16</sup>

Ele sugeria, então, que fossem feitas correções, obviamente dispendiosas, nos cursos dos rios, além de orientação no sentido de que os produtores se dedicassem a cultivar gêneros que, ao serem exportados, suportassem os longos períodos gastos nas viagens, tanto terrestres como fluviais.

Com relação à tentativa de facilitar o comércio com o Pará, vários foram os projetos desenvolvidos para a navegação, tanto dos rios Araguaia e Tocantins quanto de outros menores ligados a eles. Grande preocupação demonstraram também os governantes, em seus relatórios, no sentido de recuperar as estradas regionais, sem no entanto conseguir, na maioria dos casos, o apoio de políticos ou mesmo da população, que deveria ser a maior interessada em tais obras.

Era, portanto, essa a situação dos meios de comunicação em Goiás ao longo do século XIX: estradas em péssimo estado de conservação e

navegação, desenvolvida ao longo de trechos de rios, interrompidos de quando em quando por pedreiras, gargantas, corredeiras, que, não sendo o condutor experiente, o produto transportado, na maioria das vezes, acabava invariavelmente no fundo d'água.

#### **4. Novo povoamento**

O interesse desenvolvido pelo governo goiano em promover o comércio com o Pará através dos rios Araguaia e Tocantins fez com que fosse incentivada a ocupação de áreas próximas tanto a esses rios quanto a outros também considerados navegáveis, em pontos predeterminados, tendo em vista o apoio necessário aos comboios em trânsito, tal qual já havia sido anteriormente sugerido em vários relatórios e estudos.

Também as estradas foram privilegiadas com o incentivo de ocupação de suas margens, principalmente na região sul, onde se desenvolveram com mais intensidade as fazendas de lavoura e os engenhos de açúcar.

Após o período de esgotamento da economia da mineração, em que a população da Capitania se dispersa pelo campo, provocando um quase desaparecimento da vida urbana, o estabelecimento de uma nova economia vai, de certa forma, provocar a recuperação dos núcleos que, de um modo geral, conseguiram sobreviver ao êxodo. Tornava-se necessário um ponto de referência para essa população rural no que se refere às questões religiosas, ao comércio, tanto para a compra de ferramentas e gêneros importados como para a colocação do excedente de sua pequena produção, ou mesmo como ponto de armazenamento para embarque do produto de exportação.

Alguns dos antigos núcleos, como Santa Luzia, Bonfim, Porto Real, experimentam um novo surto de crescimento, com o abandono por completo da atividade mineradora e com o incentivo dado principalmente à agropecuária.

Começam a surgir então outros núcleos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, como Corumbaíba, Rio Verde, Caldas Novas, através da doação de terras, por parte de fazendeiros, para a formação do Patrimônio de um santo, ou mesmo da igreja. Esse modelo de organização urbana em torno de uma capela, construída através de

doação, vai ser, a partir de então e até ao final do século, a forma mais comum de surgimento de cidades em Goiás.

Falando sobre as formas de povoamento em São Paulo, Rubens Borba de Moraes diz que principalmente com base no desenvolvimento da agropecuária, no decorrer do século XIX, o Patrimônio passa a ser a forma mais comum de organização ou de início de aglomerados urbanos, superando todos os outros tipos de modelos de povoamento (Moraes, 1994, p. 22).

Elianda Tiballi diz em sua dissertação de mestrado que

durante o século XIX, a maioria dos arraiais que surgiram em Goiás obedeceu a este sistema. O fazendeiro doava uma parcela de terras a um santo de sua devoção e naquele local era construída uma capela para as celebrações religiosas. O agrupamento das pessoas em torno da igreja possibilitava o comércio que com o passar do tempo fixava-se no local, transformando-se em núcleo urbano. (Tiballi, 1991, p. 56)

No que se refere à organização urbana, são as novas cidades implantadas de forma completamente diversa da de suas antecessoras, do período da mineração. Surge agora, como ponto central da cidade, a praça da igreja, de onde partem as ruas que agora são, em sua maioria, retas com cruzamentos perpendiculares, em oposição à irregularidade medieval. A relação inicial existente entre a construção do edifício residencial e o local de mineração em nossos primeiros aglomerados foi determinante na definição do espaço urbano, provocando o surgimento de lotes estreitos e a construção das edificações parede-meia sobre a divisa definida entre os mesmos. No período posterior, ou seja, durante o século XIX, com a agropecuária, a necessidade de se limitar a testada dos lotes deixa de existir, o que vai provocar modificações até mesmo no que se refere à implantação do edifício em relação às divisas. Continuam a ser construídas casas sobre os limites laterais dos terrenos, mas isso já não é mais regra geral.

A partir daí, começam a ser construídas casas mais largas, utilizando os afastamentos laterais, desaparecendo em parte o uso de alcovas, já que a nova implantação permite a ventilação e a iluminação em praticamente todos os cômodos da residência. Novas necessidades vão provocar também o surgimento de novos tipos de organização

interna, relacionando a residência urbana com a atividade agropastoril de seu proprietário. Começam a surgir as entradas laterais, que proporcionam o surgimento de jardins, onde são plantadas principalmente variações de roseiras e outras plantas ornamentais de menor porte.

Entretanto, se por um lado essas modificações começam a surgir e se afirmar no decorrer do século, algumas questões, como a estruturação do edifício e sua divisão em setores preestabelecidos, continuam a vigorar, reproduzindo um tipo de organização que vem desde os tempos iniciais da ocupação territorial, com a separação clara das áreas social, íntima e de serviço, provocando o isolamento da família em relação a qualquer visitante estranho ao dia-a-dia de seus moradores.

De certa forma, modificam-se também as relações urbanas no interior da aglomeração, com a necessidade de ruas mais largas e de maior definição, já que a utilização de carros de tração animal passa a ser uma necessidade constante que cresce consideravelmente em épocas de colheita e mesmo de maior produção.

A preocupação com a educação dos filhos vai fazer com que as casas urbanas que até então permaneciam fechadas, abrindo-se apenas por ocasião das festas, venham a ser, a partir das últimas décadas do século, ocupadas durante todo o ano, fechando-se, agora, apenas durante as férias escolares, quando então a família se desloca para a fazenda, voltando apenas para o recomeço das atividades escolares.

O surgimento das novas cidades provoca também o surgimento de novas estradas, além da retificação de outras, com o objetivo de melhorar o atendimento tanto às populações rurais quanto às urbanas, além da construção de novas pontes. Por outro lado, no norte, onde os problemas de enfrentamento entre brancos e índios são ainda constantes, constroem-se presídios e reforça-se o trabalho de aldeamentos, com o objetivo de dar garantias àqueles que quiserem se estabelecer na região com algum tipo de fazenda produtora.

## **5. Conclusão**

O fim da mineração como base econômica da Capitania provocou não um despovoamento, mas sim um fenômeno conhecido já desde o início da ocupação do território brasileiro, no século XVI, que

é a ruralização da população, tendo em vista, tanto naquele primeiro momento de ocupação, quanto na tentativa de busca de alternativa econômica para Goiás, ser a agropecuária o modelo adotado.

É sabido que sendo a Colônia, em princípios da ocupação, uma retaguarda rural da metrópole, os núcleos urbanos, durante os dois primeiros séculos, nunca se apresentaram como local de atividade econômica, nem foram organizados com a função de concentrar grupos populacionais. Eram pontos de apoio a uma população radicada no meio rural, onde se desenvolviam todas as etapas do trabalho produtivo, principalmente de industrialização da cana-de-açúcar, principal produto da Colônia.

A ocupação territorial com feições urbanas só vai acontecer com o descobrimento do ouro no interior, o que vai provocar mudanças radicais na forma de vida dos colonizadores que aí se instalaram.

Portanto, o que acontece em Goiás, no decorrer do século XIX, é uma volta ao campo, como consequência da adoção de um modelo econômico baseado na agropecuária. Entretanto, os problemas surgidos com os constantes enfrentamentos entre brancos e índios, a experiência urbana da população, a necessidade de bases comerciais para o escoamento da produção agrícola e a própria produção agrícola vão favorecer um modelo de ocupação territorial definitivo, com a população ocupando áreas até então abandonadas por serem “mineralmente improdutivas”. A ocupação passa a ser, então, de fora para dentro, ou seja, do meio rural para o urbano, do campo para a cidade, quer pela retomada dos antigos núcleos, quer pela implantação de novos, que, associados ao trabalho desenvolvido no campo, favorecem ao longo do século o estabelecimento e a consolidação da Província.

### **Abstract**

When the resources of Goiás' gold mines came to an end, the urban centers experienced a loss in its population, which moved towards the countryside looking for a new economical activity able to support it. This activity, based on agriculture and cattle's raising, was not easily developed because of Goiás' insulated condition, due to a lack of roads and other means of transportation. The urban centers, born under this new economical situation, were different from those of the gold age.

Key words: economy, agriculture and cattle raising, spacial occupation.

## Notas

- 1 Reis Filho, N. G. La ciudad barroca – analisis regionales 1573/1750, In: Cerrillos (1990, p. 520).
- 2 Reis Filho, N. G., op cit. In: Cerrillos (1990, p. 519).
- 3 Segurado, J. T. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás. In: Telles, 1982, p. 44.
- 4 Reis Filho, N. G., op. cit. In: Cerrillos, 1990, p. 535.
- 5 Barata, F. J. R. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. In: Telles, 1982, p. 59.
- 6 Moraes, J. J. C. Relatório dos negócios da empresa de navegação a vapor do Araguaya, no período desde julho de 1878 até esta data 20 de maio de 1879. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, v. 1, n. 3.
- 7 Moraes, J. J. C., op. cit., p. 3.
- 8 Mascarenhas, J. A. Relatório que a Assembléia Legislativa de Goyaz apresentou na Sessão Ordinária de 1839 o Exmo Presidente da mesma Província. In: Telles. Memórias, Goiânia: Ed. UCG, 1986, p. 162.
- 9 Barata, F. J. R., op. cit., Telles, 1982, p. 70.
- 10 Silva e Sousa, Luiz Antonio da. Autor de duas memórias sobre a história de Goiás e considerado a principal referência sobre o século XVIII e início do XIX.

## Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CERRILLOS, Maria L. (Coord.) *História urbana de iberoamérica*. Madrid: Testimonio, 1990.
- CUNHA MATTOS, Raymundo J. da. *Chorographia histórica da província de Goyáz*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- DOLES, Dalisia E.M. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

- FUNES, Eurípedes A. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- MORAES, R. B. Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Geografia, espaço e memória*. São Paulo, v. 10, 1994.
- PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- PALACÍN, L. et alii. *História de Goiás em documentos I – Colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- POHL, Johann E. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, Gilka V.F. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1992.
- TELES, José M. *Memórias goianas I*. Goiânia: Editora da UCG, 1982.
- TIBALLI, Elianda F.A. *A expansão do povoamento em Goiás – século XIX*. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás.
- \_\_\_\_\_. *Memórias goianas 3*. Goiânia: Editora da UCG, 1986.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983.